

Discurso do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, na Audiência Pública da Comissão de Saúde da CMSP “A Política de Álcool e Drogas: O Programa ‘De Braços Abertos’ da PMSP”

(21/5/14, 13h, Câmara Municipal de São Paulo)

Boa tarde a todas e a todos,

É uma satisfação estar nessa audiência para discutir o Programa ‘De Braços Abertos’, tão importante para essa Gestão.

Parabenizo a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher pela realização do evento e agradeço o convite, saudando a iniciativa do vereador Calvo. Cumprimento todas e todos os presentes.

Estou aqui com companheiros de diversas pastas envolvidas no Programa ‘De Braços Abertos’, demonstrando o maior princípio deste trabalho: a intersetorialidade e a transversalidade.

Aqui estão secretarias que compõe o núcleo do Programa: Saúde, Assistência, Trabalho, Segurança e Direitos Humanos, sem prejuízo da atuação de outras pastas essenciais para o sucesso da ação, como Desenvolvimento Urbano, Cultura e Esporte. A gestão transversal é sempre um desafio, especialmente em temas sensíveis como as políticas sobre drogas.

O Programa só pode avançar a partir do amadurecimento institucional das secretarias envolvidas e pelo fato de ter sido considerada uma agenda do prefeito Fernando Haddad, que ele próprio deu toda prioridade, absorvendo e compartilhando diretrizes básicas de atuação – como o princípio da redução de danos.

Além da transversalidade e da prioridade pelo prefeito, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) tem sua atuação focada em algumas questões especiais. A primeira delas é a participação social.

De maneira ampla, é importante dizer que está na estrutura da SMDHC o COMUDA, que é o Conselho Municipal sobre Drogas e Álcool. Com a oportunidade de nova composição a partir do fim do mandato anterior, o COMUDA foi totalmente renovado e valorizado. Pessoas representativas sobre a política de drogas passaram a integrar o colegiado e foram empossadas diretamente pelo prefeito. Estamos agora no processo de revisão do regimento interno e fluxos, para garantir maior efetividade desta instância de participação social.

Por curiosidade, lembro que o nobre vereador Calvo é um dos membros do Conselho, ocupando uma das três cadeiras destinadas à Câmara Municipal de Vereadores.

Além do Conselho, organizamos a Conferência Municipal de Política sobre Drogas, que teve sua 5ª edição realizada no ano passado, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

Além dessas instâncias, especificamente ao que se refere ao Programa, a SMDHC articula encontros mensais de especialistas e juristas com o prefeito, além de uma plenária ampliada, mais ou menos a cada dois meses, para todos os interessados discutirem o assunto e contribuírem com suas opiniões.

Entendemos a participação social como método de gestão, pois não é possível fazer uma boa política sem dialogar com os interessados diretos, ou aqueles que conhecem o assunto e as reais demandas. Apenas assim a política pública será qualificada e terá maior adesão, pois foi construída a partir de um pacto coletivo.

Outro papel da Secretaria no programa é o projeto de ressignificação do espaço público da Luz pelo exercício da cidadania. No mês que vem, provavelmente, começaremos a desenvolver atividades de intervenção urbana no território, para fortalecer o sentimento de pertencimento à cidade das pessoas que frequentam a região.

Queremos recuperar a dimensão humana daquele espaço urbano, alterar sua relação com as pessoas e entre as pessoas, reduzindo estigmas sobre quem está em situação de vulnerabilidade social ou de uso abusivo de drogas.

A execução destas atividades devem partir de processos abertos, dialogados, participativos e propositivos de intervenção urbana, de caráter cultural, artístico, lúdico, ambiental e que pensem a sociabilidade no espaço urbano; promovendo uma cultura de direitos humanos com atividades que integrem usuários, moradores e frequentadores da região.

O objetivo é que todos tenham condições adequadas de vida. No Programa 'De Braços Abertos', isso vai desde este processo de ressignificação do espaço público até a garantia de acesso dos usuários à saúde, alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer e aos bens e serviços essenciais para o bem-estar do indivíduo.

Com esse pensamento, estamos construindo uma política pública humana para pessoas em uso abusivo de drogas, não simplesmente por uma "boa vontade", mas pela convicção que este é o único caminho para atenção a essas pessoas.

Forte abraço e obrigado.